



DESIGUALDADES ÉTNICO-RACIAIS, PROCESSOS DE MEDIAÇÃO E FORMULAÇÕES IDENTITÁRIAS NA CONSTITUIÇÃO DA “COMUNIDADE QUILOMBOLA” DE MANOEL DO REGO – CANGUÇU - RS

SOARES, Regina Silva da Silva¹, MARTINELLI, Mara Godoy Porto², OLIVEIRA, Wilson José Ferreira de³

¹*Estudante do Curso de Especialização em Sociologia e Política UFPel, (reginassoares@hotmail.com).*

²*Acadêmica de Ciências Sociais UFPel, bolsista de Iniciação Científica – FAPERGS (maragpm@hotmail.com).*

³*Prof. do Departamento de Sociologia e Política - UFPel (wilson@ufpel.edu.br).*

1.INTRODUÇÃO

A institucionalização pelo Estado brasileiro da existência legal das “comunidades quilombolas”, através de políticas públicas voltadas especificamente para esta população, trouxe à tona novos desafios em termos de sua organização formal e administrativa e das dinâmicas políticas envolvidas nos processos de mediação para acesso a um conjunto de serviços e benefícios destinados a alterar o quadro das desigualdades sociais de tal população (CARVALHO; WEIMER, 2004; ANJOS; RUCKERT, 2006). Tais mudanças institucionais estão também na origem de um crescente interesse das ciências sociais pelo estudo de tais comunidades e na enorme quantidade de investigações produzidas sobre essa temática. Todavia, ainda são poucas as reformulações teóricas e metodológicas resultantes de tais pesquisas. Um dos fatores que parece ter contribuído para esse descompasso entre investigações empíricas e produção teórica reside numa acentuada “politização” do debate sobre tais comunidades: de um lado, os que acusam a categoria “quilombola” de ser uma definição “externa” às respectivas comunidades; de outro, os que defendem sua dimensão “interna” com base em processos históricos, políticos e culturais de exclusão, marginalização e resistência das mesmas. Desse modo, um dos aspectos poucos enfatizados em grande parte dos trabalhos consiste justamente em apreender a articulação entre essas duas dimensões na análise de casos concretos. Colocando-se numa posição intermediária entre tais abordagens, essa comunicação analisa a atribuição categorial da identidade étnica com base na investigação dos processos concretos de mediação colocados em prática em diferentes momentos da história de tal comunidade.

Em consonância com os trabalhos sobre as dinâmicas da ação coletiva, das formas de contestação e de protestos políticos e com os estudos que buscam a redefinição do termo “quilombos” e sua relação com a constituição identitária de

“comunidades quilombolas”, essa comunicação pretende demonstrar a importância do trabalho político de mobilização do grupo pelo reconhecimento de sua identidade “étnica”. Aspecto esse que até então não tem ocupado um lugar tão destacado como mereceria nos estudos de comunidades “étnicas”. Trata-se de evidenciar como as dinâmicas próprias de configuração identitária e de apropriação de um território “negro” na localidade de Manoel do Rego, resultaram da conjugação de dois aspectos principais: de um lado, as condições históricas e estruturais a que estavam expostos os ex-escravos; do outro, as categorias próprias de interpretação e de classificação de tal situação que procediam das experiências internas vivenciadas pelos seus membros como desigualdades étnico-raciais. É justamente na articulação de condições objetivas com as formulações subjetivas dos atores que se constituiu um território “negro” em tal localidade. Trata-se, portanto, de demonstrar que as dinâmicas sucessivas de definição e de recomposição das categorias identitárias utilizadas pela comunidade resultaram de processos circunscritos de mediação que possibilitam a articulação entre dinâmicas exógenas à comunidade e situações internas vivenciadas pelos seus membros como desigualdades étnico-raciais.

2. MATERIAL E MÉTODOS

O material utilizado como fonte de informação decorre de uma investigação que resultou na elaboração de um laudo antropológico sobre a comunidade Manoel do Rego (Canguçu, RS). Ele consistiu, primeiramente, no levantamento de registros, de documentos e de artigos de jornais sobre o surgimento e a constituição de tal comunidade, assim como de informações secundárias sobre a história dos negros no município em questão e as respectivas organizações e lideranças que, em diferentes momentos, participaram da construção das categorias identitárias utilizadas pela comunidade. Em segundo lugar, foram realizadas entrevistas biográficas com os membros de tal comunidade e com àqueles atores que fazem a mediação da mesma com organizações religiosas, ONG's, agências estatais, partidos políticos, entre outras. Em terceiro lugar, foi aplicado um cadastro para a obtenção de informações sobre as condições de vida do conjunto de famílias que fazem parte da comunidade (escolaridade, atividade ocupacional, renda familiar, nº de filhos e filhas e respectivos locais de residência, formas de aquisição e situação da propriedade em que residem, maquinaria, equipamentos e ferramentas disponíveis, etc.). Por fim, foram realizadas ainda observações participantes de reuniões, festas religiosas e confraternizações que mobilizam a grande maioria dos membros da comunidade, bem como parte significativa de seus “vizinhos”.

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Os resultados obtidos indicam que a extinção da escravatura, da forma como ocorreu, dificultou a constituição de comunidades de ex-escravos, na medida em que colocou na condição de libertos todos os negros mantidos até então como escravos, mas não lhes garantiu as formas de aquisição de terras e condições de trabalho que propiciassem a preservação, cidadania e subsistência dos mesmos. Isso fez com que a grande maioria continuasse vivendo sob a tutela de seus senhores, como prestadores de serviços, normalmente como meeiros, onde a

divisão da produção não era feita de forma eqüitativa. Tais condições dificultaram o estabelecimento de um grau de coesão familiar e geracional, de laços estreitos e uniformes entre si e de níveis de organização fundados em vínculos informais que possibilitassem a união e o compartilhamento de um sentimento de identidade grupal entre os ex-escravos e seus descendentes. Foi através de um trabalho político de mobilização para o ingresso na comunidade evangélica luterana que os negros da localidade obtiveram, inicialmente, o reconhecimento de sua identidade “étnica”. Associado a isso se observa que a preservação de sua identidade e de um “território negro” esteve assentada numa forte relação de parentesco entre os integrantes da comunidade, bem como na preservação de vínculos a partir de relações de compadrio.

Observou-se, primeiramente, que um dos marcos principais do surgimento da comunidade ocorreu no início do século XX, mais precisamente por volta de 1923, e envolveu um processo de mediação religiosa. Isso porque até esse momento, os “homens de cor”, como eram comumente designados os “negros” que trabalhavam e moravam nas vizinhanças da localidade, não tinham o direito de participar dos cultos da Igreja Evangélica Luterana, os quais eram exclusivos dos colonos alemães que residiam no local. Frente à situação de exclusão da comunidade religiosa e aos sucessivos enfrentamentos entre “homens de cor” e “alemães” em comemorações e situações festivas, foi construída uma capela própria para essas famílias cuja distância da outra capela é de 5 km. Tal construção resultou da iniciativa e da negociação do pastor da localidade e das próprias “famílias da gente de cor” que fizeram doação em dinheiro, bem como trabalharam diretamente na edificação da mesma, criando um estatuto próprio para a comunidade religiosa, um coral e, mais tarde, uma escola para a alfabetização de seus filhos (RIETH, 1999; DREWS, 1948; GONÇALVES, 2008). Com isso, surgiu o que se denominou inicialmente a “comunidade dos morenos”, em oposição à “comunidade dos alemães”. Dessa forma, foi através do ingresso numa comunidade religiosa que até então lhe era “externa”, que os “negros” começaram a se afirmar como uma comunidade com crenças, valores e práticas dignas de serem respeitadas pelos seus “vizinhos”, modificando, em parte, a situação de desigualdade inicialmente observada. O estabelecimento de fortes laços de parentesco entre as principais famílias que deram origem à comunidade, associado à manutenção dos vínculos estabelecidos com a comunidade evangélica luterana, constitui o segundo aspecto importante na dinâmica de consolidação e de reprodução do sentimento de comunidade. Nesse sentido, observa-se que a frequência de casamentos entre membros das famílias da comunidade constitui uma forma de demarcação das fronteiras em relação aos outros grupos étnicos e aos seus “vizinhos”. Ao mesmo tempo, foi com base na mediação exercida pelas lideranças das principais famílias, que também eram as lideranças da comunidade religiosa, que a comunidade luterana “dos morenos” passou a ter um reconhecimento, para além dos círculos estreitos de “vizinhança”, inserindo-se nas associações e cooperativas de produtores locais e mantendo vínculos com membros de organizações partidárias e de “movimentos sociais”.

É com base nessa dinâmica interna de constituição da comunidade, da maior inserção e vínculo de suas principais lideranças com outras esferas e organizações sociais e da percepção das condições sociais e econômicas de manutenção e de continuidade da mesma, que o termo “quilombola” emerge como uma nova possibilidade de definição da identidade comunitária. Nesse sentido, pode-se dizer que tal definição põe em jogo novas formas de articulação entre dinâmicas políticas exógenas e situações internas de desigualdade étnico-racial. Isso porque, até início

dos anos 2000 as condições de habitação, saneamento e de exercício da atividade agrícola eram muito precárias para os seus membros. Em função disso, em meio aos fortes laços que uniam a comunidade, os últimos anos se caracterizaram por um grande fluxo das gerações mais novas em direção às cidades mais próximas, à procura de melhores oportunidades de trabalho e de vida. Dessa forma, no ano de 2003 é constituída a Associação Comunitária Remanescente de Quilombo Manoel do Rego com a iniciativa e o apoio conjunto das lideranças da comunidade, do atual pastor e de dirigentes de organizações e “movimentos sociais” que mantinham laços com a comunidade e com a luta dos “remanescentes quilombolas”.

4. CONCLUSÕES

Esses resultados evidenciam a necessidade de se considerar a emergência e consolidação de definições identitárias como inseparáveis de dinâmicas sociais e políticas de “atribuição categorial”, através das quais seus membros identificam-se com a mesma e são também identificados pelos “outros”, que se realizam por meio de processos concretos de mediação da comunidade com outras esferas e organizações sociais (POUTIGNAT; STREIFF-FENART, 1998; ELIAS, 2000). As atribuições “homens de cor”, “comunidade dos morenos”, “luteranos”, “quilombolas”, se inserem nessas dinâmicas mais gerais de construção social e política das categorias definidoras do grupo. Desse modo, tais evidências possibilitam romper com a polarização entre dimensão “endógena” e “exógena” presentes nas abordagens sobre a emergência e constituição de “comunidades quilombolas”, às quais, muitas vezes, partem de pressupostos “substancialistas” sobre a constituição de comunidades étnicas. Tal reformulação teórica e metodológica tem também implicações políticas, uma vez que nos coloca diante do desafio de dar conta dos principais conflitos e dificuldades quanto à operacionalização política e administrativa de tal categoria identitária em sua relação com os vínculos e recursos disponíveis para o acesso a espaços de mediação diversificados.

5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ANJOS, José Carlos G. dos, RUCKERT, Aldomar A. *Memória e Identidade: as fronteiras da resistência em Cambará*. Porto Alegre, 2006, mimeo.
- CARVALHO, Ana Paula C., WEIMER, Rodrigo de Azevedo. *Família Silva. Resistência negra no bairro Três Figueiras*. Porto Alegre, 2004, mimeo.
- DREWS, Augusto. *Alguns Fatos Ocorridos na Missão do Município de Canguçu*, R. G. S. Porto Alegre, IHIELB, Livro I. H., n. 151, item 26, Novembro de 1948, p. 53.
- GONÇALVES, Dilza. *A Memória na Construção de Identidades Étnicas: um estudo sobre as relações entre “alemães” e “negros” em Canguçu*. Porto Alegre: PUC-RS, Dissertação (Mestrado em História), 2008.
- ELIAS, N. *Os Estabelecidos e os Outsiders. Sociologia das Relações de Poder a partir de uma Pequena Comunidade*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar, 2000.

POUTIGNAT, Philippe & STREIFF-FENART, Jocelyne. *Teorias da Etnicidade. Seguido de Grupos Étnicos e suas Fronteiras de Fredrik Barth*. São Paulo, Ed. da UNESP, 1998.

RIETH, R. W. Evangélicos de “alma Branca”: os negros e o protestantismo no Brasil. IN: HOCK, I.S. (ORG.) *Brasil: outros 500. Protestantismo e resistência indígena, negra e popular*. São Leopoldo, Sinodal/EST, 1999, p.172-200.